



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM**

JESSICA SOUZA FAGUNDES

**FATORES RELACIONADOS À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES QUE
BUSCAM AJUDA EM UM SERVIÇO DE PROTEÇÃO**

RIO GRANDE/RS

BRASIL

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM**

JESSICA SOUZA FAGUNDES

**FATORES RELACIONADOS À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES QUE
BUSCAM AJUDA EM UM SERVIÇO DE PROTEÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem – Curso de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande. Área de concentração: Enfermagem e Saúde – Linha de pesquisa: tecnologias de enfermagem/saúde e indivíduos e grupos sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mara Regina Santos da Silva

RIO GRANDE/RS

2018

F156f Fagundes, Jessica Souza.

Fatores relacionados à violência contra mulheres que buscam ajuda em um serviço de proteção/Jessica Souza Fagundes. - Rio Grande: [s.n], 2018.
85 f.:il.; 33 cm.

Orientação: Profa. Dra. Mara Regina Santos da Silva
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande - Programa de Pós- Graduação em Enfermagem.

Referências bibliográficas: f. 78-81.

1. Violência contra a Mulher. 2. Violência Doméstica. 3. Fatores de Risco. 4. Direitos da Mulher. I. Silva, Mara Regina Santos da. II. Universidade Federal do Rio Grande. III. Título

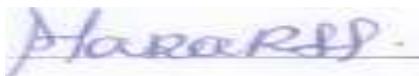
CDU: 304

Catálogo na fonte: Bibliotecária Luciane Silveira Amico Marques – CRB 10/2375

JESSICA SOUZA FAGUNDES

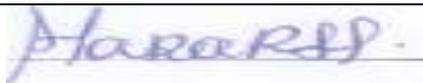
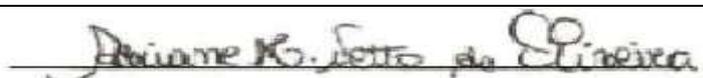
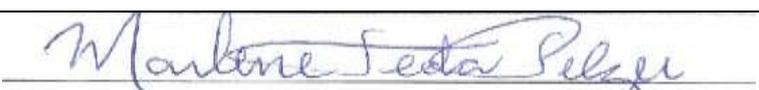
**FATORES RELACIONADOS À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES QUE
BUSCAM AJUDA EM UM SERVIÇO DE PROTEÇÃO**

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora, para a obtenção do Título de **Mestre em Enfermagem** e aprovada em 08 de janeiro de 2019, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Área de Concentração Enfermagem e Saúde.



Mara Regina Santos da Silva

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem FURG

BANCA EXAMINADORA
 Profa. Dra. Enfa. MARA REGINA SANTOS DA SILVA – Presidente (FURG)
 Profa. Dra. Enfa. ADRIANE MARIA NETTO DE OLIVEIRA – Membro Interno (FURG)
 Prof. Dr. Enf. ALESSANDRO MARQUES DOS SANTOS – Membro Externo (UCPEL)
 Profa. Dra. Enfa. MARLENE TEDA PELZER – Suplente Interno (FURG)
Profa. Dra. Enfa. ELAINE DO NASCIMENTO – Suplente Externo

Dedico esta Dissertação

A minha mãe, Cátia Cilene Souza, pelo amor incondicional, pelo apoio presente em todas as etapas alcançadas e pela compreensão devido aos momentos em que não pude estar presente. Meu amor e eterna gratidão.

A minha irmã Karine Souza, por todo apoio e incentivo em minha trajetória, e aos meus sobrinhos Miguel Souza e Marcos Souza, por serem luz, amor e benção em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas conquistas alcançadas e pela luz concedida nos momentos mais difíceis.

Minha fé e gratidão.

A minha mãe, Cátia Cilene Souza, pelo amor e apoio incondicional. Meu amor e eterna gratidão.

A minha irmã Karine Souza, por todo apoio e incentivo, e aos meus sobrinhos Miguel Souza e Marcos Souza, por serem luz, amor e benção em minha vida.

A minha orientadora, Professora Mara Regina, por toda confiança a mim depositada e aos ensinamentos preciosos repassados que carregarei eternamente em minha caminhada. Todo meu respeito e admiração.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Família, Enfermagem e Saúde, que me acolheu desde 2016, sendo uma fonte de apoio e possibilitando as mais preciosas trocas de conhecimentos. A todos os integrantes meu reconhecimento e admiração.

A Universidade Federal do Rio Grande, particularmente ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem, por ter me recebido em sua Instituição, possibilitando hoje essa conquista alcançada.

A minha banca de Dissertação, composta pelos professores Alessandro Marques, Adriane M. Netto de Oliveira, Elaine Nascimeto e Marlene Teda Pelzer, por todas as contribuições e preciosos conhecimentos compartilhados. Minha admiração e gratidão.

Aos grandes amigos e colegas com quem tive o imenso prazer em conviver, Aline Rodrigues, Aline Nogario, Franciele, Kendra Castanho, Daniela Fortes, Eliel Bandeira, Silvana Possani, Patricia Vieira, Cintia Santana, Juliana Pivetta, Bibiane Moura, Vanessa Pedroso e Fernanda Freire. Graças a vocês, Rio Grande passou a ser meu lar.

Aos amigos de longa data, Thiago Gularte, Luana Oliveira, Carina Reis e Luan Teixeira, que apesar da distancia sempre vibraram comigo cada conquista.

E a quem nunca mediu esforços para me auxiliar nesta jornada, Naiara Cardoso, pela dedicação, compreensão e apoio. Presente que o Universo me concedeu.

RESUMO

FAGUNDES, Jessica Souza. **Fatores relacionados à violência contra mulheres que buscam ajuda em um serviço de proteção.** 2018. 85 páginas. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

A violência é um fenômeno complexo, que atinge pessoas ao redor do mundo através de suas múltiplas manifestações. Neste estudo, abordamos a violência contra a mulher, definida como toda ação que afeta, inibe e ameaça a liberdade e os direitos fundamentais de mulheres em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. Acredita-se que diversos fatores de níveis individuais, relacionais e contextuais estejam envolvidos nas situações de violência contra a mulher. Esta dissertação teve como objetivo geral: Mapear os fatores individuais, relacionais e contextuais, associados à situação de violência em que se encontram mulheres que buscam ajuda em um serviço de proteção às vítimas. Objetivando: (1) Identificar características pessoais de mulheres em situação de violência a partir dos registros de um serviço de proteção às vítimas; (2) Caracterizar as relações da mulher em situação de violência, sob a perspectiva do tempo de convivência e o tipo de vínculo com o agressor; (3) Identificar as características do contexto onde vivem as mulheres em situação de violência que buscam ajuda em um serviço de proteção. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa, que utiliza o Modelo Ecológico da Violência, adaptado pela Organização Mundial da Saúde, como contexto teórico. Foram realizadas as coleta de dados nos Boletins de Ocorrência da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, da cidade do Rio Grande/RS, através do uso de um questionário semi-estruturado. Todos os aspectos éticos previstos pela Resolução 466/2012 foram respeitados. A aprovação do Comitê da Universidade Federal do Rio Grande está sob o CAAE 62448616.000.5624. Através dos resultados deste estudo, foi possível conhecer os diferentes fatores que estão presentes em nível individual, relacional, social e territorial, nos casos de violência denunciados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher na cidade do Rio Grande/RS. Com base nas características individuais das mulheres, foi possível identificar que em sua maioria são mulheres de jovem, com ensino fundamental e solteiras, que são vítimas principalmente dos ex-companheiros que não aceitam o término da relação ou reivindicam seus direitos em relação aos filhos. São mulheres que não estão na primeira agressão e muitas já solicitaram judicialmente que os agressores fossem obrigados a se manterem afastado delas. Concluímos que quando conhecemos quem são essas mulheres que sofrem violência, estamos abrindo um caminho que possibilita pensar em seu atendimento de forma mais específica em relação as suas necessidades. Espera-se que estes resultados promovam reflexão por parte dos profissionais que trabalham nos serviços de atendimento á mulher, sejam eles de proteção, saúde ou educação. Assim, espera-se que seja um caminho possível para intervenções e para repensar as ações vinculadas aos atendimentos prestados.

Descritores: Violência contra a Mulher; Violência Doméstica; Fatores de Risco; Direitos da Mulher.

ABSTRACT

FAGUNDES, Jessica Souza. **The factors related to violence against women, who seek help from a protective service.** 2018. 85 pages. Dissertation (Master in Nursing) – Nursing School. Graduate Program in Nursing, Federal University of Rio Grande, Rio Grande.

The violence is a complex phenomenon that affects people around the world through its multiple manifestations. In this study, the theme of violence against women was discussed, and it is defined as any action that affects, inhibits and threatens the freedom, and fundamental rights of women in different social, cultural and economic contexts. It is believed that various factors of individual, relational, and contextual levels are involved in situations of violence against women. This dissertation had as its general objective: Mapping out the individual, relational, and contextual factors associated with the violence situation in which women who seek help in the service of protection for the victims find themselves. In order to: (1) Identify the personal characteristics of women in situations of violence, based on the records of a victim protection service; (2) Characterize the relations of the woman in a situation of violence, from the perspective of the living time and the type of bond with the aggressor; Identify the characteristics of the context where women in situations of violence lives, who seek help in a protection service. This is a cross-sectional quantitative study using the Ecological Model of Violence, adapted by the World Health Organization, as a theoretical context. The data collection was carried out based on the Police Report of the Specialize Police Station in assisting Women in the city of Rio Grande / RS, through the use of a semi-structured questionnaire. All the ethical aspects provided by the Resolution 466/2012 were respected. The approval of the Committee of the Federal University of Rio Grande is under CAAE 62448616.000.5624. Through the results of this study, it was possible to know the different factors that are present at the individuals, relational, social, and territorial levels, in the cases of violence, which were denounced in the Specialized Police Station in Assisting Women of the city of Rio Grande/RS. Based on the individual characteristics of women, it was possible to identify that the majority of them are young and single, with elementary school. These women, who are victims mainly of the of the ex-boyfriends/husbands who do not accept the end of the relationship or claim their rights in regards to the children. They are women who have already suffered other aggressions, and many of them have already requested that the perpetrators be forced to move away from them. In conclusion, when it is known these women who suffer violence, we open a path that makes it possible to think about their care in a more specific way in relation to their needs. It is hoped that these results will promote reflection from the professionals who work in women's assisting services, being them of protection, health or education. Thus, it is hoped that this will be a possible route for the interventions and to rethink the actions related to the services provided.

Keywords: Violence against Women; Domestic violence; Risk factors; Women rights.

RESUMEN

FAGUNDES, Jessica Souza. **Factores relacionados con la violencia contra las mujeres que buscan ayuda en un servicio de protección.** 2018. 85 páginas. Dissertación (Maestría en Enfermería). Escuela de Enfermería. Programa de Postgrado en Enfermería, Universidad Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande.

La violencia es un fenómeno complejo, que afecta a personas alrededor del mundo a través de sus múltiples manifestaciones. En este estudio, abordamos la violencia contra la mujer, definida como toda acción que afecta, inhibe y amenaza la libertad y los derechos fundamentales de las mujeres en distintos contextos sociales, culturales y económicos. Se cree que diversos factores de niveles individuales, relacionales y contextuales estén implicados en las situaciones de violencia contra la mujer. Esta tesis de maestría tuvo por objetivo general: Mapear los factores individuales, relacionales y contextuales, asociados a la situación de violencia en que se encuentran mujeres que buscan ayuda en un servicio de protección a las víctimas. Con el objetivo de: (1) identificar las características personales de las mujeres en situación de violencia a partir de los registros de un servicio de protección a las víctimas; (2) Caracterizar las relaciones de la mujer en situación de violencia, bajo la perspectiva del tiempo de convivencia y el tipo de vínculo con el agresor; (3) Identificar las características del contexto donde viven las mujeres en situación de violencia que buscan ayuda en un servicio de protección. Se trata de un estudio transversal de abordaje cuantitativo, que utiliza el Modelo Ecológico de la Violencia, adaptado por la Organización Mundial de la Salud, como contexto teórico. Se realizó la recopilación de datos en los Reportes Policiales de la Comisaría Especializada en el Servicio a la Mujer, de la ciudad de Rio Grande / RS, a través del uso de un cuestionario semiestructurado. Se respetaron todos los aspectos éticos previstos por la Resolución 466/2012. La aprobación del Comité de la Universidad Federal de Rio Grande está bajo el CAAE 62448616.000.5624. A través de los resultados de este estudio, fue posible conocer los diferentes factores que están presentes a nivel individual, relacional, social y territorial, en los casos de violencia denunciados en la Comisaría Especializada en el Servicio a la Mujer en la ciudad de Rio Grande / RS. Basándose en las características individuales de las mujeres, fue posible identificar que en su mayoría son mujeres jóvenes, con enseñanza primaria y solteras, que son víctimas principalmente de los ex compañeros que no aceptan el término de la relación o reivindican sus derechos en relación a los hijos. Son mujeres que no están en la primera agresión y muchas ya solicitaron judicialmente que los agresores fuesen obligados a mantenerse alejados de ellas. Concluimos que cuando conocemos quiénes son esas mujeres que sufren violencia, estamos abriendo un camino que posibilita pensar en su atención de forma más específica en relación a sus necesidades. Se espera que estos resultados promuevan la reflexión por parte de los profesionales que trabajan en los servicios de atención a la mujer, ya sean de protección, salud o educación. Así, se espera que sea un camino posible para intervenciones y para repensar las acciones vinculadas a las atenciones prestadas.

Descriptor: Violencia contra la Mujer; La violencia doméstica; Factores de riesgo; Derechos de la Mujer.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CSW – Comissão Sobre a Situação da Mulher

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

GEPEFES – Grupo de Estudo e Pesquisa em Família, Enfermagem e Saúde Mental

MJ – Ministério da Justiça

MS – Ministério da Saúde

OMS/WHO – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan Americana da Saúde

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PNEVM – Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SPM – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Ecológico da Violência.....	37
Figura 2 – Fatores de risco para a violência praticada pelo parceiro íntimo.....	39
Figura 3 – Fatores de risco associados à violência contra a Mulher.....	41
Figura 4 – Modelo Esquemático do Artigo I.....	46
Figura 5 – Modelo Esquemático do Artigo II.....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS	22
2.1 Objetivo Geral	22
2.2 Objetivos Específicos	22
3. REVISÃO DA LITERATURA	23
3.1 A violência contra a mulher sob o ponto de vista conceitual e tipológico	23
3.2 Instrumentos de proteção dos Direitos das mulheres	26
3.3 Fatores associados à violência contra a mulher no Brasil	33
4. CONTEXTO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	36
4.1 Modelo Ecológico da Violência	36
5. METODOLOGIA	42
5.1 Tipo de Estudo	42
5.2 Local do Estudo	42
5.3 Amostra do Estudo	43
5.4 Coleta de Dados e Instrumento	43
5.5 Análise de Dados	44
5.6 Aspectos Éticos	45
6. RESULTADOS	46
6.1 Artigo I	48
6.2 Artigo II	61
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
8. REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE A	82
APÊNDICE B	85

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por eventos violentos, nos quais os homens buscaram desde a sua sobrevivência até a defesa de seus interesses pessoais e coletivos. Muitas teorias já tentaram explicar de onde surgiu a violência do homem e, muitos estudiosos se dedicaram a estudar tais comportamentos e o porquê deles, para melhor compreender as influências da natureza ou da transformação sofrida pelo contexto de vida (ŽIŽEK, 2014; PINKER, 2017).

Dessa forma, observamos que a violência não está presente apenas na sociedade contemporânea. Desde tempos remotos, ela está atrelada ao homem, manifestando-se de formas e em circunstâncias diferentes (MUCHEMBLED, 2014). Suas mais diversas manifestações na história da humanidade atingiram e ainda atingem pessoas em todas as partes do mundo. Os motivos que desencadeiam e mantêm os atos violentos também são os mais diversos, estando associados aos diferentes fatores como a cultura, as crenças, a justiça e a educação de cada sociedade (PINKER, 2017).

Apesar do fenômeno da violência ter ampla abrangência, sabemos que existem populações mais atingidas, como é o caso das crianças, idosos e mulheres, o que demanda ações diferentes para protegê-las. Nesse estudo, abordamos a violência contra a mulher, definida pela literatura como um fenômeno de abordagem complexa que se apresenta de forma multifacetada e que, apesar de não se tratar de um problema contemporâneo, ganhou maior visibilidade por parte da justiça em um passado ainda recente. Nesse cenário, a violência contra a mulher passou a ser um assunto discutido em diversas áreas do conhecimento e reconhecido em sua gravidade e seriedade (GUIMARÃES, PEDROSA, 2015).

Para a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial da Saúde (2015), a violência contra a mulher é uma violação dos seus direitos fundamentais, sendo a sua interrupção o objetivo e a finalidade de diversas Políticas Públicas. Essa definição também está incorporada na Lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que considera a violência contra a mulher como crime e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A escolha da temática como foco central desta dissertação de mestrado é sustentada pela importância social de discutir a violência contra a mulher, uma vez que

acarreta graves consequências em todas as suas modalidades de manifestação, seja a verbal, emocional, física, sexual ou o feminicídio.

Segundo a OPAS/OMS (2015), uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de violência. No Brasil, de acordo com o último levantamento sobre a violência contra a mulher, realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), com base nas denúncias ao ligue 180, são altos os índices de ocorrências registradas, chegando a 63.090 denúncias durante o ano de 2015. Metade dessas denúncias correspondia à violência física, representados por 31.432 registros. A outra metade corresponde à violência psicológica, moral, sexual e cárcere privado (DISQUE 180, 2016).

No último relatório do DataSenado (2017), o percentual de mulheres que se declararam em situação de violência, provocada por homens, atingiu 29% das mulheres. O relato de violência sofrida mais prevalente foi a física, com 67% de ocorrências, seguida da psicológica, com 47%, moral com 36% e sexual com 15% das ocorrências. Em relação ao perfil das mulheres mais suscetíveis à violência, as negras representam 60% das ocorrências. Os principais agressores eram seus atuais companheiros em 41% dos casos (DATASENADO, 2017).

O Mapa da Violência no Brasil (2015) aponta que 77,83% das mulheres vítimas de violência possuíam filhos que, muitas vezes, presenciaram ou, também, eram alvos de agressões. Apontam, ainda, que 85,85% das agressões ocorriam no ambiente doméstico e familiar da mulher. Em relação ao agressor, 34,67% das mulheres em situação de violência que realizaram a denúncia encontravam-se em situação de dependência financeira do denunciado e com baixo nível de escolaridade (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015).

Conhecer essas mulheres e os fatores que determinam ou influenciam a situação violenta em que se encontram e, conseqüentemente, determinam suas necessidades específicas, é fundamental para compreender suas dificuldades e garantir-lhes a possibilidade de reconstruírem suas trajetórias de vida sem violência. Cada uma delas apresenta necessidades diferentes, já que tem suas particularidades, vive em contextos diversos e encontra-se em distintas situações. Os fatores relacionados à idade, contexto e condições do local onde mora, gestação, contextos culturais e sociais que fortalecem os preconceitos, entre outros, compõem diversas situações associadas à violência.

. Com relação à idade, as mulheres idosas são cada vez mais atingidas pela violência. Apresentando, muitas vezes, uma trajetória de vida marcada pela violência que, frequentemente e ainda, reproduz-se na vida. A agressão passa, muitas vezes, a ser praticada pelos próprios filhos (BOLSONI et al, 2016).

O fato de em algumas situações não poderem mais trabalhar e de terem dificuldade ou limitações que impedem sua independência faz com que as mulheres percam um pouco, ou totalmente, sua autonomia. É comum idosas que recebem uma aposentadoria satisfatória viverem em condições sub-humanas, pois não são mais elas que controlam sua renda nem seu patrimônio. Os maus tratos desencadeados pela falta de tolerância com as idosas que possuem dificuldade para se comunicar ou para realizar tarefas sozinhas são em sua maioria encobertos pelos familiares e são fatores que dificultam o acesso aos serviços de proteção e ao reconhecimento da situação vivida como uma situação de violência (BRASIL, 2013).

Outro grupo de mulheres que enfrenta a violência é formado por moradoras de regiões rurais. Nesse contexto, estão presentes fatores que contribuem para a manutenção da violência visto que, em geral, são lugares isolados, sem a presença de vizinhos ou familiares, além de pouca presença de serviços de proteção e acolhimento. Essas relações estão presentes na dificuldade da mulher rural em exercer sua cidadania e ter acesso aos seus direitos em relação à situação de violência (BUENO; LOPES, 2018).

O fato de morarem em locais afastados das áreas urbanas e das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) pode se tornar um fator de risco potencial para a manutenção da situação de violência. A zona rural, muitas vezes, apresenta-se de difícil acesso e não oferece possibilidade de transporte devido às condições de estradas. Mesmo quando existe a oferta de transporte, este ocorre em horários reduzidos, o que dificulta o deslocamento. A desinformação sobre os serviços da Rede de Atenção e o controle financeiro exercido pelo companheiro também são fatores que expõem a mulher rural à violência e dificultam a denúncia (COSTA et al., 2017).

As gestantes também constituem um grupo exposto a fatores de risco. Muitas se encontram em diversas situações de violência, física, sexual, emocional e financeira, provocada pelo próprio parceiro. A agressão a estas mulheres carrega um perigo dobrado, pois coloca a vida da mulher e do bebê em risco. As agressões que, muitas vezes, têm como motivo a própria gestação, quando o parceiro culpa unicamente a mulher pela gravidez indesejada, expõem a gestante a uma situação de maior

vulnerabilidade. Além disso, a falta de apoio da família e a violência desde a infância contribuem para manter a mulher em situação de violência (TEIXEIRA et al., 2015).

As mulheres transexuais, lésbicas e bissexuais estão expostas a fatores de risco de nível social, como as normas sociais que contribuem para o preconceito e a violência. De acordo com o “Dossiê: A carne mais barata do mercado”, o Brasil está entre os países em que mais ocorrem mortes de mulheres transexuais, associado a fatores de exclusão social, preconceito e descaso, até mesmo, por parte dos serviços de proteção (NOGUEIRA; CABRAL, 2018).

As violações dos direitos humanos contra as mulheres transexuais é resultado de características intolerantes da sociedade. A América Latina possui uma cultura altamente conservadora, machista e transfóbica que exclui e estigmatiza as mulheres transexuais, o que constitui uma séria ameaça à sua expectativa de vida, saúde e segurança. Muitos casos de violações e assassinatos não são nem registrados. As que trabalham na rua não recebem proteção e possuem maior risco de violência física e sexual. Além disso, essas mulheres estão expostas ao tráfico, visto a precariedade de segurança que sofrem (NOGUEIRA; CABRAL, 2018).

De acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, foram registradas 1.695 denúncias de 3.398 violações contra mulheres da comunidade LGBT, havendo mais de um tipo de violência relatada em uma única denúncia. Humilhações, ameaças e discriminações são as violências mais comuns enfrentadas pelas mulheres da comunidade LGBT (BRASIL, 2016).

Outro grupo refere-se às mulheres em situação de rua. Estudos demonstram que nosso cenário nacional é composto por mulheres moradoras de rua, as quais são expostas diariamente a diversos tipos de violência e, diferente das outras mulheres, estão em uma situação de alta vulnerabilidade. Isto porque o fato de viverem na rua parece normalizar a violência, devido às ruas serem lugares compreendidos como violentos sem perspectiva de mudanças (BISCOTTO et al., 2016).

Estas mulheres são negligenciadas por toda sociedade. Não são protegidas da violência e são culpabilizadas por estarem na rua. Enfrentam os perigos da vivência das drogas, são violentadas pela sociedade em geral, seja pelo homem morador de rua, seja pelo policial que suspeita da mulher ou pelos grupos intolerantes e preconceituosos em relação à pobreza, que praticam agressões físicas e emocionais, incluindo espancamentos, facadas ou outros tipos de violação e humilhações verbais (BEZERRA et al., 2015).

A invisibilidade dos casos de violência e homicídio para as pessoas em situação de rua reduz as estimativas corretas do número de homens e mulheres assassinadas. Muitas vezes, são alvos de grupos violentos presente nas ruas e parecem provocar menos choque social por sofrerem com a naturalização da violência e com as investigações criminais omissas e falhas (PIMENTEL et al., 2015).

Em relação à mulher com deficiência, o Disque 100 registrou que, de 2011 a 2017, houve aumento no número de denúncias sobre violência contra a pessoa com deficiência, e 51% destas denúncias correspondiam ao sexo feminino. A maioria dos casos acontecia na residência da vítima, envolviam negligências e eram provocadas por pessoas próximas, ou seja, pessoas envolvidas em seu cuidado e proteção (MDH, 2017).

Questões relacionadas ao possível isolamento social, a dificuldade para se comunicar e verbalizar a violência sofrida, a dependência de parentes e cuidadores para realizar as atividades diárias e o preconceito social, que diminuem as oportunidades de acesso à educação, ao emprego e a informação sobre seus direitos, são os principais fatores de risco relacionados ao perfil de mulheres vítimas de violência (TOLEDO, 2013).

Todos esses perfis de mulheres e fatores de risco relacionados à sua situação de violência mostram que, apesar desse fenômeno atingir indiscriminadamente qualquer mulher, existem situações específicas e fatores múltiplos que determinam necessidades e abordagens diferentes. Buscar reconhecer e particularizar suas necessidades de ajuda é fundamental no combate à violência contra a mulher.

Para oferecer atendimento e suporte a estas mulheres, existe a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres e a Rede de Atendimento às mulheres vítimas de violência. Fazem parte dos serviços da Rede de Enfrentamento agentes que formulam, fiscalizam e executam as políticas para as mulheres, órgãos das três esferas de governo que são responsáveis por garantir o direito de acesso a atendimentos especializados e não-especializados às mulheres, além de programas e serviços que são responsáveis pelo desfecho dos agressores (BRASIL, 2011).

Já os serviços da Rede de Atendimento à mulher, incluem as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Centros de Referência da Mulher, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, defensorias da mulher, Casas Abrigo Central de Atendimento à Mulher, promotorias da mulher, Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos

Casos de Violência Contra a Mulher e Órgãos da Defensoria Pública. Estes serviços são da área de assistência social, justiça, segurança pública e saúde e compõem os quatro principais setores da rede de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

Todos esses serviços complementam a assistência prevista pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. São serviços com oferta de atendimento especializado, que prezam pela integralidade e humanização no atendimento. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2005) prevê o combate, a prevenção, a assistência e a garantia de direitos em relação à situação de violência contra a mulher e, portanto, o objetivo da rede de atendimento e da rede de enfrentamento é efetivar o que está previsto pela política. Esses serviços devem responder às diretrizes gerais dos serviços da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres e devem dar conta da complexidade e do caráter multidimensional do problema que perpassa diversas áreas, dentre elas a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a justiça e a cultura (BRASIL, 2015).

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM) I e II e, em especial, a Política e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres estabelecem conceitos, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência, para uma articulação organizada das três esferas de governo. Foi a partir do Pacto Nacional, em 2007, que a atuação do governo deixou de ser apenas de apoio a serviços emergenciais e a campanhas isoladas, avançando para uma atuação mais ampla que contempla apoio aos serviços especializados, capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento, criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência, e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (BRASIL, 2015).

Ao que se refere à “Criação de Normas e Padrões de Atendimento”, a assistência prestada pela Rede de Atendimento, prevista como um dos eixos da Rede de Enfrentamento, preconiza a garantia de um atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitário, da criação de serviços especializados e do fortalecimento da rede de atendimento, com articulação das esferas de governo e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres (SPM, 2011).

Até 2003, as Casas-Abrigo e as Delegacias Especializadas eram as principais respostas do governo para a questão da violência contra a mulher. Com a ampliação das políticas, ou seja, com elas deixando de serem mais gerais e passando a serem mais específicas, ampliou-se, também, o eixo da assistência, expresso em um aumento de 161,75% entre 2003 e 2011, portanto, com políticas específicas os números de serviços direcionados à mulher também aumentaram. Além do aumento no número de serviços, também ocorreu o reaparelhamento e a reforma de muitos outros, isto é, observamos um investimento real no fortalecimento da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres (SPM, 2011).

Em contrapartida, também se observou o aumento do panorama nacional de violência contra a mulher. Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762 mortes. A taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% em dez anos (CERQUEIRA et al., 2018).

A taxa de homicídio de mulheres, ou seja, feminicídio, por estado, de acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM) do Ministério da Saúde (MS) referente a 2006, 2014 e 2015 demonstra que a maioria dos estados brasileiros apresentou um aumento na taxa de homicídio. O Rio Grande do Sul, por exemplo, apresentou um aumento da taxa de 2,6 mulheres de todas as raças em 2006, para 4,8 em 2015. Se observarmos isoladamente, alguns estados apresentam taxa de homicídio mais elevada que a taxa nacional. O Rio Grande do Sul apresenta uma taxa de 4,8 de homicídio de mulheres por cem mil mulheres em 2015, enquanto o cenário nacional apresenta uma taxa de 4,4 de homicídio de mulheres por cem mil mulheres (WAISELFISZ, 2016).

Ao analisarmos o cenário nacional, entre o período de 2003 a 2016, com base nos dados de avanço das políticas para as mulheres em situação de violência e na conquista de direitos fundamentais da mulher, sem deixarmos de considerar o também aumento dos índices de violência em suas diversas representações, entre elas o feminicídio, precisamos questionar o porquê da persistência da violência contra a mulher apesar da persistência nos avanços dos direitos fundamentais (CERQUEIRA et al., 2018).

Algumas questões devem ser consideradas, como a associação entre o aumento do índice de violência contra a mulher e o aumento do número de registros realizados. Atualmente, apesar de ainda apresentarem problemas de subnotificação em diversos

serviços da rede de atendimento foi ampliada a qualidade e a quantidade dos registros de violência. Porém, não é possível deixar de considerar a relevância na assistência da rede de atendimento à mulher vítima de violência como peça fundamental no combate à violência.

Apesar dos serviços da rede de atendimento ser guiados por diretrizes que apontam a humanização e integralidade no atendimento, ambas possuem um aspecto amplo em relação ao seu objetivo e, talvez, efetivá-las, de fato, não seja tarefa simples. A integralidade é um dos princípios do SUS e está relacionada à condição integral, e não parcial, de compreensão do ser humano, ou seja, o serviço deve estar preparado para ouvir o usuário, entendê-lo em seu contexto social e, a partir daí, atender as demandas e as necessidades desta pessoa (BRASIL, 2013).

Como parte fundamental desta rede de atendimento está a DEAM, que são serviços especializados de atendimento à mulher vítima de violência e que tem como princípio e dever o atendimento a toda mulher que quer realizar a denúncia de qualquer tipo de agressão sofrida (BRASIL, 2010).

O atual atendimento oferecido pela rede de serviços de proteção à mulher, apesar de ser fundamental no combate e interrupção da violência, ainda precisa ser aprimorado para atingir o objetivo de interromper o ciclo de violência contra a mulher. A maioria dos serviços seguem padronizações no atendimento, com vistas a atender de forma mais equânime a sua demanda. Entretanto, conhecer os diferentes fatores associados à violência sofrida por usuárias de um serviço especializado de proteção à mulher vítima de violência doméstica é condição a priori para que o atendimento prestado possa responder às necessidades específicas visando interromper os ciclos da violência.

Esta dissertação pode contribuir na medida em que se propõe a produzir conhecimento para embasar o atendimento das demandas apresentadas por mulheres de diferentes condições sociais, econômicas, culturais, entre outras especificidades. Nesse sentido, é importante conhecer quem são as mulheres que buscam atendimento nos serviços de proteção e quais são os fatores associados à violência sofrida por elas, para que se possa responder/atender suas necessidades específicas.

Esta dissertação busca resposta para as seguintes questões:

Quais são os fatores individuais e relacionais envolvidos nos casos de violência de mulheres que buscam atendimento em serviço especializado de proteção às vítimas?

Quais são as características do contexto onde vivem as mulheres em situação de violência que buscam atendimento em serviço especializado de proteção às vítimas?